

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2019/020144

RECORRENTE: HELDER CARVALHAL DE ALMEIDA

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: P000815607

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 203, Inciso V do CTB, “Ultrapassar pela contramão outro veículo onde houve marcação viária longitudinal de divisão de fluxos opostos do tipo linha dupla contínua ou simples contínua amarela”. Meras alegações. Nada argui em matéria de Direito. Ausência de prova efetiva. Recurso conhecido e Improvido.**Relatório**

Trata-se de Recurso interposto em face de expedição de Auto de infração de Trânsito nº P000815607, por infringir o Art. 203, Inciso V do CTB, “Ultrapassar pela contramão outro veículo onde houve marcação viária longitudinal de divisão de fluxos opostos do tipo linha dupla contínua ou simples contínua amarela”, na data de **14/01/2019**, Código: 596-7/0, na Rodovia BR415, Km 1 ILHÉUS-ITABUNA, na cidade de ILHÉUS-BA. Requer o cancelamento do AIT e consequente arquivamento. O Recorrente junta a documentação obrigatória.

Em suas razões, o Recorrente alega que: “É Delegado de Polícia Civil do Estado da Bahia, e que exerce atividade extremamente arriscada, que na data da infração trafegava em seu veículo particular e que se dirigia à sede da 6ª COORPIN para tratar de assuntos policiais, e que ao reduzir a velocidade do seu veículo, percebeu que uma motocicleta com dois ocupantes, o seguia [...] e diante de uma circunstância excepcional de uma possível perseguição, buscando garantir a sua segurança pessoal, o recorrente aumentou a velocidade e realizou ultrapassagens em locais permitidos, não tendo observado o instante da ultrapassagem de outro veículo pela contramão”.

É o relatório.

Voto

Não Superadas as questões de Ordem Processuais, no que concerne à tempestividade e capacidade postulatória. Verifico que **as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais do recorrente**, visto que a Recorrente não consegue rechaçar a legalidade e subsistência do auto de infração, pois não há qualquer irregularidade no seu registro, já que em seu bojo constam todos os elementos que a lei determina como obrigatórios, uma vez que o AIT possui todos os elementos constante no rol do art. 280 do CTB.

É de frisar, portanto, que não houve qualquer ilegalidade cometida pelo órgão autuador, pelo que as argumentações do Recorrente restam como equivocadas, e encontram espaço apenas no seu anseio de ter o AIT – Auto de Infração de Trânsito arquivado, entretanto, não há qualquer mácula que desfigure a atuação Estatal, como aqui demonstrado.

Ficam as demais alegações também afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal, visto que o veículo fora devidamente flagrado pelo aparelho de fiscalização de trânsito, conforme dados contidos no AIT.

Portanto, tornam-se frágeis as alegações, pois, são incapazes de alterar a pretensão punitiva estatal.

Isto posto, tomando por base os exatos termos do Artigo 203, V do CTB, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO**, **pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. P000815607**, lavrado contra **HELDER CARVALHAL DE ALMEIDA, válido**, mantendo sua exigibilidade. Recurso Conhecido e improvido.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº **P000815607**, pelas razões de direito aqui expostas. Recurso Conhecido e improvido.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 01 de fevereiro de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas -Membro Suplente em Exercício /SIT – Relator

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI